



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO DO CDI**

SPTRANS

COGEAI

2017

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO CDI

Apresentação

Pensar a longo prazo e definir claramente metas traz sinergia à gestão, maior qualidade ao gasto público e, conseqüentemente, melhor aproveitamento das ações voltadas à população. Este documento visa apresentar o relatório semestral do Compromisso de Desempenho Institucional – CDI.

O Compromisso de Desempenho Institucional – CDI, pactuado entre o Município de São Paulo, por meio da JOF – Junta Orçamentário-Financeira, e as entidades descentralizadas de administração indireta, é uma ferramenta de governança, com a prerrogativa de assegurar a preservação do patrimônio público, a economicidade e a qualidade das atividades prestadas pelas entidades da administração indireta. Ele é regido por meio do Decreto nº 58.093, de 21 de fevereiro de 2018, e é composto por planejamento estratégico, seis metas (econômica, financeira, pessoal, produtos, investimento e indicadores) e ações que visam a melhoria da eficiência e da governança da empresa.

Quanto às metas, estas são definidas de forma a estimular um desempenho superior aos resultados históricos na empresa, eventualmente ponderados por situações excepcionais. E o acompanhamento do executado permite averiguar as ações que influenciaram positivamente e negativamente a empresa, e, deste modo, permite ao leitor que avalie o andamento da empresa frente a sua finalidade.

Na avaliação de atingimento da meta utiliza-se a mensuração do resultado alcançado, corrigido pela imprevisibilidade e empenho das empresas. Os critérios para tanto estão expressos nos itens detalhados a seguir:

Resultados Econômico e Financeiro:

Atingido: O resultado foi igual ou melhor que a meta definida no CDI.

Atingido com ressalvas: O resultado foi atingido exclusivamente porque houve fatos ou eventos imprevisíveis que impactaram diretamente sobre o planejamento inicial, e, sem tais fatos ou eventos, o resultado da empresa não atingiria a meta definida no CDI.

Não atingido com ressalvas: O resultado não foi atingido exclusivamente porque houve fatos ou eventos imprevisíveis que impactaram diretamente sobre o planejamento inicial e não puderam ser evitados mesmo com o empenho da empresa.

Não atingido: O resultado foi inferior à meta definida no CDI.

Meta de Pessoal:

Atingido: quando atingir a meta quantitativa de pessoal e não exceder as despesas com pessoal pactuadas na meta definida no CDI.

Não Atingido: quando não atingir a meta quantitativa de pessoal e/ou exceder as despesas com pessoal pactuadas na meta definida no CDI.

Indicadores; Produtos e Investimentos:

Satisfatório: quando mais de 75% dos itens atingirem uma execução de 100% da meta definida no CDI.

Não Satisfatório: quando menos de 75% dos itens atingirem uma execução de 100% da meta definida no CDI.

O benefício deste processo de definição e de acompanhamento dos resultados é ter uma orientação de ação para cada grande agrupamento de indicadores de desempenho da empresa. Adicionalmente, o acompanhamento dos resultados traz transparência para órgãos de controle e de governança, como os conselhos fiscais e os órgãos de acompanhamento, principalmente por meio da disponibilização das informações no SADIN – Sistema de Acompanhamento da Administração Indireta e, posteriormente, nos relatórios e no portal de transparência.

Cenário

A Administração Indireta da Prefeitura de São Paulo representa um importante braço de execução de políticas públicas, compreende organismos que recebem a delegação ou a outorga da prestação de serviços públicos, podendo ser: autarquias, sociedade de economia mista, empresa pública, fundações públicas e serviços sociais autônomos. Trata de assuntos prioritários para a cidade como a Saúde, Habitação, Transporte Público, Transito, Cultura, Previdência Pública, Urbanismo, Obras, Desenvolvimento Econômico.

Assim como a Cidade, essas entidades em conjunto apresentam números colossais, como mais de 24 mil vínculos trabalhistas e que, só no mês de dezembro de 2017, custaram aproximadamente R\$ 284.352 mil.

As entidades que são acompanhadas pelo Compromisso de Desempenho Institucional – CDI obtiveram ingresso de recursos de R\$ 2.228 milhões no ano de 2017. Desse montante, 79% são recursos da PMSP.

SÃO PAULO TRANSPORTE

2017

Sumário Executivo

Meta	Cumprimento	Observação
Resultado Operacional Bruto	Atingido	O resultado superou a meta proposta em 21%
Resultado Financeiro	Não Atingido	O Resultado Financeiro negativo de R\$ 4.387 mil ficou fora da meta contratada em CDI que se propunha nula. Não obstante ter ocorrido este consumo de caixa a entidade terminou o ano com saldo em caixa de R\$ 7.043 mil.
Meta Pessoal	Não Atingido	O quantitativo ficou acima da meta e as despesas aumentaram, ambos na contramão da diretriz determinada.
Plano de Investimentos	Não Satisfatório	O único item proposto como Investimento não foi realizado, não obstante ter havido aquisição de equipamentos não constantes no Plano, mas registrados no Fluxo de Caixa.
Produtos	Satisfatório	
Indicadores	Satisfatório	

No geral o quadro da SPTRANS foi não satisfatório. Das seis metas propostas houve atingimento em 3 delas.

O Relatório foi baseado no CDI firmado para 2017/2018 que ficou em negociação no decorrer de 2017 e assinado em 2018.

No relatório do primeiro semestre de 2017 o Comitê havia feito os seguintes apontamentos:

- i. tome providências no sentido de adequar-se à meta de pessoal, seja do ponto de vista financeiro, seja ponto de vista quantitativo;*
- ii. tome providências no sentido de adequar o número de empregados comissionados e em função de confiança às exigências do Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme Ofício MP Ofício nº 1891/2017¹, e à exigência da diretriz encaminhada pelo Sr. Prefeito Municipal, no sentido de reduzirem 30% o número de empregados comissionados e em função de confiança, a contar do início do exercício de 2017; e*
- iii. atente-se para a exigência de que os seus empregados devem estar lotados em unidades voltadas para a consecução das atividades previstas no Estatuto.*

A empresa não alcançou os itens i e ii e não trouxe informações sobre o item iii.

¹ Ofício MP nº 1891/2017 referente a IC nº 375/2016 – 1º PJPP-CAP cujo objeto é a “apuração de irregularidade na SPTrans em razão da existência de “cargos em comissão”, “empregos em comissão” ou “cargos de livre provimento” na referida empresa estatal, situação em que caracteriza evidente burla à regra do concurso público, caracterizando afronta aos princípios constitucionais”. O MP encaminhou uma Recomendação Administrativa à entidade.

É importante registrar o não cumprimento da meta de Pessoal. A empresa foi na contramão da orientação da Administração Direta que desde o início do ano de 2017 orientou para a redução de despesa de pessoal. Houve contratação de vínculos via concurso público e também concessão de reajuste salarial acima da diretriz estabelecida pela JOF no exercício de 2017, conforme será explanado no decorrer do Relatório.

Resultado Econômico

Status: Atingido

Valores Acumulados							R\$ Mil	
Resultado Econômico	Realizado 2º semestre 2016	Realizado 1º semestre 2017	Realizado 2º semestre 2017	Realizado 2º semestre 2017 vs 2º semestre 2016	Realizado 2º semestre 2017 vs 1º semestre 2017	Meta 2017	% Realizado em Relação à Meta - 2016	
1.1 - Resultado Operacional Bruto	75.388	40.619	92.109	↑ 22,2%	↑ 126,8%	76.334	✓ 120,7%	

O Resultado Operacional Bruno (ROB) encerrou o ano em alta de 22% em relação ao ano anterior. O resultado superou a meta proposta em 21%.

Este item que afere o resultado econômico, uma das metas contratada em CDI, compreende o crescimento da Receita Operacional Líquida na ordem de 14% e o Custo dos Serviços Prestados que cresceram 11%.

Receitas

R\$ Mil				
Descrição	Resultado 2017	Resultado 2016	Varição anual	IPCA no período
Receita Operacional Bruta	316.803	277.192	14,3%	2,95%
Gerenciamento do Sistema	314.770	275.244	14,4%	
Receita de locações	2.033	1.948	4,4%	
Impostos incidentes sobre as receitas (PASEP e COFINS)	13.055	11.524	13,3%	
Receita Operacional Líquida	303.748	265.668	14,3%	

Custos

R\$ Mil

Descrição	Resultado 2017	Resultado 2016	Variação anual	IPCA no período
1- Custo dos serviços prestados	211.638	190.279	11,2%	2,95%
Pessoal	203.284	183.534	10,8%	
Materiais	1.982	1.975	0,4%	
Utilidades e Serviços	5.345	4.183	27,8%	
Manutenção e Reparos	343	151	127,2%	
Gerais e Administrativos	160	104	53,8%	
Depreciações/Amortizações	524	332	57,8%	

As receitas da empresa são compostas pelas receitas de Gerenciamento do Sistema, na qual está contida a remuneração pelos serviços prestados à PMSP pelo gerenciamento operacional e pela remuneração dos custos do gerenciamento das receitas e pagamentos comuns ao Sistema Integrado e aos Serviços Complementares de fiscalização e planejamento operacional, de acordo com a entidade.

Em relação aos Custos, o Custo de Pessoal continua abrangendo 96% do total dos Custos da entidade.

Resultado Financeiro

Status: Não Atingido

R\$ mil

Resultado Financeiro	Semestral					Anual				
	Resultado 2º Semestre 2016	Resultado 1º Semestre 2017	Realizado 2º Semestre 2017	2º semestre 2017 vs 2º semestre 2016	2º semestre 2017 vs 1º semestre 2017	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2017	Varição % Anual	% Previsto em Relação à Meta
INGRESSOS	224.497	199.201	208.590	↓ -7%	↔ 5%	425.653	407.791	504.691	↔ -4%	✓ 81%
1. Receitas Próprias	223.192	197.736	207.004	↓ -7%	↔ 5%	422.627	404.740	501.769	↔ -4%	✓ 81%
1.1. Clientes PMSP	188.693	153.060	170.088	↓ -10%	↔ 11%	349.377	323.148	-	↓ -8%	! 0%
1.2. Clientes Externos	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	! 0%
1.3. Outras Receitas Próprias	34.499	44.676	36.916	↑ 7%	↓ -17%	73.250	81.592	-	↑ 11%	! 0%
2. Recursos Gerenciados	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	! 0%
3. Investimentos	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	! 0%
4. Financiamentos	1.305	1.465	1.586	↑ 22%	↑ 8%	3.026	3.051	2.922	↔ 1%	✓ 104%
DESEMBOLSOS	215.413	206.039	206.139	↔ -4%	↔ 0%	418.411	412.178	504.691	↔ -1%	✓ 82%
5. Custeio	213.949	204.588	204.026	↔ -5%	↔ 0%	415.384	408.614	500.269	↔ -2%	✓ 82%
5.1. Despesas com Pessoal	134.545	138.681	150.538	↑ 12%	↑ 9%	255.817	289.219	332.608	↑ 9%	✓ 87%
5.1.1. Salários	48.132	46.711	51.710	↑ 7%	↑ 11%	93.719	98.421	-	↑ 5%	✓ 0%
5.1.2. Encargos	37.761	35.846	39.941	↑ 6%	↑ 11%	71.139	75.787	-	↑ 7%	✓ 0%
5.1.3. 13º Salário	6.777	2.576	6.427	↓ -5%	↑ 149%	8.883	9.003	-	↑ 1%	✓ 0%
5.1.4. Férias	5.875	5.966	4.457	↓ -24%	↓ -25%	11.287	10.423	-	↓ -8%	✓ 0%
5.1.5. Vale Refeição	11.946	16.229	16.193	↑ 36%	↔ 0%	24.463	32.422	-	↑ 33%	✓ 0%
5.1.6. Vale Alimentação	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	✓ 0%
5.1.7. Pensão Alimentícia	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	✓ 0%
5.1.8. Plano de Saúde	12.791	15.535	15.050	↑ 18%	↓ -3%	23.313	30.585	-	↑ 31%	✓ 0%
5.1.9. Seguro de Vida	115	298	215	↑ 87%	↓ -28%	221	513	-	↑ 132%	✓ 0%
5.1.10. Condições em Folha	4.777	4.893	4.669	↔ -2%	↔ -5%	9.725	9.562	-	↔ -2%	✓ 0%
5.1.11. Rescisões Contratuais	563	4.583	6.670	↑ 1085%	↑ 46%	1.241	11.253	-	↑ 807%	✓ 0%
5.1.12. Reclamações e Acordos Trabalhist	1.513	1.101	453	↓ -70%	↓ -59%	2.702	1.554	-	↓ -42%	✓ 0%
5.1.13. Recrutamento de Seleção	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	✓ 0%
5.1.14. Treinamento de Pessoal	367	302	390	↑ 6%	↑ 29%	777	692	-	↓ -11%	✓ 0%
5.1.15. Outros desembolsos com pessoal	3.928	4.641	4.363	↑ 11%	↓ -6%	8.347	9.004	-	↑ 8%	✓ 0%
5.2. Serviços de Terceiros	51.057	31.802	25.929	↓ -49%	↓ -18%	107.046	57.731	116.816	↓ -46%	✓ 49%
5.3. Material de Consumo	1.689	1.335	1.609	↔ -5%	↑ 21%	3.263	2.944	3.717	↓ -10%	✓ 79%
5.4. Despesas Gerais	14.839	20.492	14.402	↔ -3%	↓ -30%	25.023	34.894	26.229	↑ 39%	✗ 133%
5.5. Tributárias	11.819	12.278	11.548	↔ -2%	↓ -6%	24.235	23.826	20.899	↔ -2%	✗ 114%
6. Recursos Gerenciados	-	-	-	↔ 0%	↔ 0%	-	-	-	↔ 0%	✓ 0%
7. Investimentos	41	16	643	↑ 1468%	↑ 3919%	91	659	1.500	↑ 624%	✓ 44%
8. Financiamentos	1.423	1.435	1.470	↔ 3%	↔ 2%	2.936	2.905	2.922	↔ -1%	! 99%
RESULTADO DO PERÍODO	9.084	- 6.838	2.451	↓ -73%	↓ -136%	7.242	- 4.387	-	↓ -161%	! 0%
SALDO INICIAL	2.346	11.430				4.188	11.430		↑ 173%	! 0%
SALDO FINAL	11.430	4.592				11.430	7.043		↓ -38%	! 0%

A SPTTrans encerrou o ano com resultado financeiro negativo de R\$ 4.387 mil. Com esse resultado não cumpriu a meta contratada em CDI, que se propunha nula. Não obstante ter ocorrido este consumo de caixa, a entidade terminou o ano com saldo em caixa de R\$ 7.043 mil.

Este resultado é fruto de uma queda de 4% no total de ingresso em 2017 e da queda de 1% no total de desembolsos.

Os ingressos são compostos por recursos provenientes do contrato de prestação de serviços com a Administração Direta e recursos próprios.

Os recursos provenientes da Administração Direta (Clientes PMSP) tiveram queda de 8%. Segundo a entidade, este efeito reflete a diminuição do repasse de recurso proveniente do Contrato de Gestão nº 002/17 firmado com a SMT/GAB. Por outro lado, os recursos próprios tiveram alta de 11% e são compostos por gerenciamento de créditos eletrônicos, leilões, aplicações financeiras, carteira escolar (emissão), dentre outros.

Assim, estes recursos, que totalizaram R\$ 407.791 mil, foram insuficientes para subsidiar os Desembolsos (R\$ 412.178 mil). Isto acarretou, então, o consumo de caixa verificado.

Indicadores de caixa²:

Índices de Liquidez		
	2017	2016
Liquidez Corrente	1,29	1,10
Liquidez Geral	0,41	0,40
Liquidez Imediata	0,11	0,13

Os indicadores de caixa acima são interpretados de forma que, quanto maiores forem, melhor é o posicionamento da empresa. Destaca-se o índice de liquidez imediata que, pelo resultado apresentado, indica que a empresa não disporia de recursos imediatos para resgatar suas obrigações de curto prazo.

Custeios

	R\$ Mil		
	2017	2016	Varição Anual %
Custeio	408.614	415.384	-2%
Despesas com Pessoal	289.219	255.817	13%
Serviços de Terceiros	57.731	107.046	-46%
Material de Consumo	2.944	3.263	-10%
Despesas Gerais	34.894	25.023	39%
Tributárias	23.826	24.235	-2%

O Custeio da empresa teve queda de 2% em 2017. Este resultado compõe 82% do valor projetado para o ano. A queda em Custeio foi impactada principalmente por Serviços de Terceiros que reduziu 46% no ano de 2017. Os incrementos são observados em Despesas com Pessoal e Gerais, com 13% e 39%, respectivamente. As ações que justificam estes resultados serão destacadas a seguir.

² Indicadores de Liquidez: avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Liquidez Corrente = Ativo Circulante/Passivo Circulante → indica quanto a empresa tem a receber no curto prazo em relação a cada unidade monetária que deve no mesmo período. Quanto maior, melhor. Liquidez Geral = Ativo Circulante + Realizável de LP/Passivo Circulante + Exigível de LP → apresenta a situação financeira de longo prazo da companhia. Quanto maior, melhor. Liquidez Imediata = Disponível/Passivo Circulante → indica se a empresa tem dinheiro para liquidar, no ato, todas as suas obrigações de curto prazo. Quanto maior, melhor. (FONTE: Instituto Educacional BM&FBovespa)

Despesas com Pessoal

Houve aumento do quadro de Pessoal que impactou diretamente em Salários, Encargos e 13º Salário e Benefícios. Estas rubricas também foram impactadas pelo Reajuste Salarial ocorrido em maio de 2017 de 4,08% sobre salários e benefícios. Ação, inclusive, que foi na contramão da diretriz da JOF que havia deliberado teto de reajuste de até 4% para salários e zero para benefícios. Ressalta-se o aumento de 33% nos gastos com vale refeição/vale alimentação que, a despeito do reajuste, ocorreu, de acordo com a entidade, o pagamento em janeiro de 2017 de despesas que se efetivaram em dezembro de 2016. Movimento semelhante foi observado na rubrica Férias onde se verifica queda em 2017, quando na verdade as despesas de dezembro de 2017 só se refletiram em 2018, por motivo de calendário, de acordo com a entidade.

As despesas com Plano de Saúde subiram 31%. A entidade justificou o ocorrido com o argumento de que teria havido aumento na utilização dos serviços pelos empregados. Questionada sobre a posição da empresa sobre a deliberação da JOF de 18.08.17, que trata da concessão de benefício de auxílio saúde, em que pese o prazo de 2 anos para adequação, a empresa informou que, em abril de 2018, foi constituído grupo de estudos e pesquisas com a finalidade de viabilizar a implantação do modelo proposto pela Junta (Reembolso).

Vale destacar ainda as Rescisões Contratuais que subiram de R\$ 1.241 mil em 2016 para R\$ 11.253 mil em 2017. A entidade informou que o resultado é fruto de tentativa de redução no quadro de funcionários ocorrida no início do ano devido a mudança da gestão administrativa e também para atender a meta constante em CDI de quantitativo de pessoal. Entretanto, conforme será detalhado em tópico adiante houve reposição de pessoal, inclusive via concurso público.

Frise-se também que o valor realizado com despesas de pessoal ficou abaixo do valor projetado no fluxo de caixa porque, de acordo com a empresa, havia sido previsto reajuste salarial de 8% e foi dado um reajuste de 4,08% como também estava prevista a contratação de 302 funcionários via concurso público e, na realidade, o quantitativo contratado foi menor que o previsto. Segundo dados da empresa, foram contratados 165 funcionários em 2017.

Serviços de Terceiros

Confirmando o movimento do primeiro semestre, o desembolso com Serviços de Terceiros encerrou 2017 com queda de 46% e, significativamente abaixo do montante inicialmente previsto, de cerca 49% de aumento. O valor projetado pela entidade agregava, na ocasião, dois contratos³ que oneravam

³ Por ocasião da realização das projeções havia dois contratos na rubrica Serviços de Terceiros que a empresa estava tentando transferir para o Programa de Investimentos utilizando recursos da dotação orçamentária Implantação e Requalificação de Corredores. Os contratos são: (i) Empresa: Consórcio Via Aérea, contrato nº 2011/0459-02-00 – objeto: Prestação de Serviços de Operação e Manutenção Preventiva, Corretiva e Modernização da Infraestrutura de Alimentação Elétrica em Corrente Contínua do Sistema de Trólebus, e (ii) Empresa: Consórcio Correpar, contrato nº 2013/0372-01-00 – objeto: Prestação de Serviços de Manutenção do Pavimento nos Corredores Segregados, Viários Estratégicos e demais Vias do Sistema de Transporte Coletivo Público da Cidade de São Paulo.

esta rubrica, mas que tinham a possibilidade de transferência para o Programa de Investimentos. O grupo foi impactado pelas quedas nos gastos com segurança e limpeza fruto da renegociação de contratos.

Houve também queda na rubrica Correios que, de acordo com a empresa, resulta de menor utilização.

Ademais, verifica-se impacto maior, tanto em volume quanto em variações percentuais, no item Outros Desembolsos com Serviços de Terceiros que teve queda de 53% no ano. Conforme informações da SPTrans, esta rubrica comporta as seguintes despesas:

- com manutenção de rede aérea para tração e com asfaltamento de corredores, que a partir de setembro de 2017 passaram para o Convênio 01/2016 – Investimento – SMT x SPTRANS;
- com intercâmbios técnicos⁴ com contratos com o Metrô e a CET. O contrato com o Metrô, apesar de ativo, está sem pessoal alocado nas atividades, e o contrato com a CET além de ativo há pessoal exercendo as atividades;
- com a operação e a manutenção de terminais, já transferidas à SPURBANUSS (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo);
- com sistemas integrados de monitoramento e de bilhetagem eletrônica, que foram reduzidas em consequência da renegociação de contratos;
- com a confecção de cartões por restrição orçamentária, que também apresentou redução.

Material de Consumo

Houve uma queda de 10% no desembolso com materiais de escritórios e outros de consumo que a entidade justifica como sendo devido à restrição orçamentária fundamentada no Decreto nº 57.580, de 19/01/17.

Despesas Gerais

⁴ De acordo com a empresa, a SPTrans possui 2 (dois) convênios de intercâmbio técnico, ambos ativos e sem data de encerramento, sendo que os pagamentos ocorrem em razão de existir ou não pessoal alocado nas atividades. Contrato 1990/0301 - COMPANHIA DE ENGENHARIA E TRÁFEGO – CET – referente a Cooperação técnica envolvendo o fornecimento de recursos humanos e técnicos, materiais de serviço e assessoria técnica, necessários ao planejamento, gerenciamento econômico-financeiro, fiscalização e controle do Sistema de Transporte Coletivo Urbano e sua interface com o sistema viário do município de São Paulo. Contrato 1989/0122 - COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ – referente a Cooperação técnica e apoio recíproco com ressarcimento de despesas de cessão de pessoal relativas aos reembolsos de salários, encargos e benefícios.

Este item vai na contramão dos movimentos observados nos itens anteriores uma vez que subiu 39% no ano. O item foi onerado sobretudo pela rubrica Ações Judiciais que apresentou um aumento de 109%. De acordo com a entidade houve, no período, um aumento de penhoras, bloqueios e um depósito indevido de R\$ 6,2 milhões para a conta sistema. A SPTrans esclareceu que ocorreu uma penhora indevida na conta sistema, quando na verdade a penhora deveria ter sido efetivada na conta gestão. Desta forma, a conta gestão teve que fazer a devolução para a conta sistema, o que acarretou a referida despesa a maior.

Já em Outros Desembolsos com Despesas Gerais nota-se uma alta de 54% no ano. A empresa justificou o ocorrido como decorrência de devolução de caução em dinheiro. A empresa esclareceu que, segundo a lei de licitações, quando uma contratação é realizada, é necessário o depósito de garantia (caução), podendo ser efetuada em títulos públicos, seguro-garantia, carta-fiança e depósito em dinheiro na conta da SPTrans. Durante a vigência do contrato, a qualquer momento, o contratante pode substituir uma modalidade de garantia por outra modalidade. Quando o contrato é encerrado e é atestado o seu cumprimento pela área gestora, a SPTrans efetua a devolução da garantia. Foi o que aconteceu em 2017 quando foram efetuadas as devoluções de garantia em dinheiro para as empresas abaixo:

- Allcomnet Tecnologia e Sistemas Ltda., referente a licenças de uso de softwares de segurança da informação (R\$ 7 mil, em maio);
- Multilixo Remoções de Lixo Ltda., referente a coleta de lixo e sucatas na unidade Santa Rita da SPTrans (R\$11,8 mil, em junho);
- Autopass S/A, referente a termo de credenciamento para rede complementar de venda e carregamento de créditos eletrônicos e/ou cotas de viagens temporais do bilhete único (R\$ 1.037 mil, em junho).

Por outro lado, observa-se queda nos gastos de 10% com alugueis de imóveis e equipamento devido à renegociação dos contratos.

Investimentos

A empresa adquiriu, em 2017, servidores, softwares e mobiliários diversos. O montante gasto de R\$ 659 mil ficou dentro do programado. A empresa informou que por restrições orçamentárias não realizou o total de investimentos programados.

Foram adquiridos os itens abaixo:

Investimentos 2017	
Informática	Notebook Ultrafino
	Atualização Adobe Gov Creative
	Servidor Rack

	Licenças Software EMME/4
	Access Point Wireless
	Impostos da NF. 169 - AMEC ENGENHARIA
	Scanner para Documentos Grandes
	Computador Core I7
Outros Investimentos	Badisco Eletrônico + Kit Rastreador de Cabos
	Painel Chamador de Senhas
	Câmeras Fotográficas Digital
	Medidor de Distâncias com Rodas
	Contadora de Cartões de Plástico
	Aparelho de Telefone Móvel
	Trena Laser
	Aparelho de Telefone Móvel
	Mesas + Gaveteiro + Cadeiras + Armários + Divisórias
	Compressor de Ar
	Decibelímetro
	TV Led Smart 75''
	Sirene Eletrônica
	Serras + Furadeiras + Esmerilhadeira + Guincho + Bomba
	Rotuladora Portátil
	Grupo Gerador 120 kva
Cadeiras Giratórias	

Despesa De Pessoal

Status: Não Atingido

Despesa de Pessoal	2º semestre 2016	1º semestre 2017	2º semestre 2017	2º semestre 2017 vs 2º semestre 2016	Total 2017	Meta 2017	% Realizado em Relação à Meta - 2017
3.1 - Quantidade de Pessoal	1.893	2.018	1.944	3%	1.944	1.875	103,7%
CLT: contrato por tempo indeterminado	1.867	2.004	1.929	3%			
CLT: contrato por tempo determinado	0	0	6	0%			
CLT: aprendiz	0	0	0	0%			
Estatutário: conselho administrativo (estatuto social)	10	7	7	-30%			
Estatutário: conselho fiscal (estatuto social)	5	4	4	-20%			
Estatutário: diretor (estatuto social)	7	6	6	-14%			
Estatutário: servidor público (estatuto do servidor público municipal)	0	0	0	0%			
Estatutário: outros	0	0	0	0%			
Estagiário	261	339	283	8%			
Residência Médica	0	0	0	0%			
Servidor público cedido por outro ente: Servidor Público Municipal	2	2	3	50%			
Servidor público cedido por outro ente: Servidor Público Estadual	2	6	6	200%			
Servidor público cedido por outro ente: Servidor Público Federal	0	0	0	0%			
Desligado	142	106	91	-36%	197		
3.2 - Fluxo de Caixa - rubrica 5.1 - Total Despesas de Pessoal - R\$ Mil	134.545	138.681	150.538		289.219		
(-) rubrica 5.1.11 - Rescisões Contratuais	563	4.583	6.670		11.253		
(-) rubrica 5.1.12 - Reclamações e Acordos Trabalhistas	1.513	1.101	453		1.554		
= Fluxo de Caixa - Despesas de Pessoal a serem consideradas para análise da Meta CDI 2017 **	132.469	132.997	143.415		276.412	253.000	109,3%

* A meta quantitativa do CDI 2017 não leva em consideração os seguintes vínculos: Conselheiros Administrativos, Conselheiros Fiscais, Desligados, Estagiários, Aprendizes e Contratados por Tempo Determinado.

** A meta de despesa de pessoal considera os desembolsos com todos os vínculos. Para fins de apuração é considerado o montante declarado pela companhia no Fluxo de Caixa reportado via SADIN. Para o cálculo do montante não se considera as despesas das rubricas 5.1.11 Rescisões Contratuais e 5.1.12 Reclamações e Acordos Trabalhistas.

A SPTrans encerrou 2017 com 1.944 vínculos. Houve queda em relação ao primeiro semestre, mas, em relação a 2016, houve um aumento líquido de 51 vínculos.

Período	Quantitativo de funcionários	Afastamentos	Rescisões		Contratações	
			Estatutário	Em Comissão	Estatutário	Em Comissão
1º Sem. 2017	2.018	62	17	89	163	75
2º Sem. 2017	1.944	68	76	15	08	14

Em 2012 a empresa realizou concurso público através do edital 001/2012 para contratação de 338 empregados públicos. O processo seletivo foi homologado em 005/2013, com validade de dois anos e prorrogáveis por mais dois anos, conforme disposto no edital.

Como até março de 2015 a empresa não havia feito nenhuma nomeação, submeteu ao então Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta CAAI, atual COGEAI (Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta), via Ofício DP nº 022/2015, pedido de autorização para efetivar a contratação destes empregados. O Comitê manifestou seu entendimento considerando, sobretudo, o cenário econômico-financeiro desfavorável em 2015, que tornaria temerária qualquer decisão que implicasse incremento permanente de despesas em qualquer nível. Não obstante, aconselhou a empresa no sentido de qualquer decisão que fosse tomada quanto ao assunto fosse avaliada tendo em vista a sua capacidade de suportar financeiramente o impacto decorrente das novas contratações e o risco dessas contratações às metas fixadas no CDI.

Na ocasião, a empresa decidiu por chamar novos empregados em 2015 desde que não ultrapassasse o número total de rescisões contratuais e incrementasse 30 novas posições em 2016.

No entanto, em 2017, com o vencimento do concurso em 08 de maio de 2017, a empresa, que teve pressão também do Ministério Público para realizar contratações⁵, conduziu a admissão de 163 empregados no primeiro semestre e 08 empregados no segundo semestre.

Consideramos que, em que pese as pressões sofridas, a entidade deveria ter submetido formalmente a demanda para apreciação da JOF, em consonância ao Decreto nº 53.687/2013, art. 1º, V, o que salvo melhor juízo, não ocorreu:

“Art. 1º. Fica criada a Junta Orçamentário-Financeira - JOF, à qual competirá:

⁵ Ofício MP nº 4979/2016 referente a IC nº 375/2016 – 1ª PJPP-CAP. Objeto: Apuração de irregularidade na não convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2012 deflagrado pela SPTrans, visando o preenchimento de 344 vagas em 44 cargos da Companhia, com possível terceirização dos cargos ofertados no certame.

(...)

V - emitir parecer sobre os projetos de lei de alteração da legislação referente a pessoal e de criação de cargos e empregos públicos, bem como sobre as propostas de abertura de concursos de ingresso ou de acesso, os expedientes que tratem de nomeação ou contratação de pessoal e outros que impliquem acréscimo de despesa de pessoal, inclusive nas empresas controladas pelo Município;”

A SPTTrans apresentou um Plano de Ação para trazer o quantitativo à meta de 1.875 que consistia em demissão de comissionados e plano de demissão voluntária. O Plano de Demissão Voluntária não se concretizou e, apesar de terem demitido 197 vínculos, entre estatutários e comissionados, conforme informação da tabela acima, a empresa não atingiu a meta acordada em CDI.

Não obstante a empresa não ter apresentado formalmente, via questionário de acompanhamento, justificativas para o não cumprimento da meta, identificamos pela Ata do Conselho Fiscal de setembro de 2017, que ao ser questionada pelo Conselho Fiscal sobre a implantação do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal para atingimento da meta, a entidade informou que vinha mantendo tratativas junto aos correspondentes Órgãos da Administração Municipal, discutindo o cumprimento da meta e salientou, naquela reunião, que a viabilidade da implementação de qualquer ação destinada às finalidades de adequação de pessoal dependeria de eventual aporte de capital. Neste ponto, frise-se que na apresentação de seu Plano de Readequação a empresa foi expressamente informada de que o Tesouro Municipal não teria recursos para suportar pressão adicional e que, dessa forma, todo impacto financeiro das ações deveria ser suportado pelo orçamento disponível pela empresa.

Quanto à despesa de pessoal – que, para fins de meta, não considera os gastos com rescisões contratuais e reclamações e acordos trabalhistas – houve um aumento de 10% em relação ao exercício de 2016. Com isso, a empresa ultrapassou em 9,3% a meta estabelecida.

Os afastamentos que somaram 68 vínculos em 2017 referem-se aos motivos: auxílio doença (INSS), Acidente do trabalho (INSS), Aposentadoria por Invalidez Provisória (INSS), Licença Maternidade (INSS) e Licença sem Vencimentos. Todos sem custo para a empresa. Há também 3 vínculos afastados com reembolso: Metrô, DER, Prefeitura Municipal de Osasco.

Acordo coletivo

Como já informado no relatório anterior, a SPTTrans promoveu reajuste de 4,08% em salários e benefícios. A Junta Orçamentário Financeira (JOF)⁶, em reunião de 05 de maio de 2017, havia estabelecido

⁶ Compete a JOF, segundo Decreto nº53.687, de 02 de janeiro de 2013, art. 1º, inc. X, alínea G: “deliberar acerca das propostas das entidades da Administração Indireta ou Serviços Sociais Autônomos criados por lei, após análise do Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta, relativas a: propostas de quantitativo de pessoal próprio, acordo ou convenção coletiva de trabalho, programa de desligamento de empregados, planos de cargos e salários,

diretriz⁷ estabelecendo teto de reajuste de salários de 4%, bem como a não adoção de novos benefícios e/ou majoração destes na negociação coletiva de trabalho.

A empresa foi notificada via ofício SF/SUTEM nº 113/2017 para que apresentasse medidas pretendidas com outras despesas a fim de compensar a majoração acima do limite permitido. A empresa defendeu-se ao informar que o índice adotado traduzia as negociações com os 3 Sindicatos reconhecidos pela SPTrans e que pretendia absorver o acréscimo com as economias que vinha realizando em seus gastos correntes e renegociação dos contratos de custeio. Além do mais, informou também, na ocasião, que o orçamento da entidade previa aumento de 8%, bem superior ao realizado efetivamente.

A JOF em reunião de 01/12/2017 deliberou por acatar as justificativas apresentadas com a aplicação de advertência aos Diretores da empresa, por não observância do comando exarado pela JOF.

Abaixo, a relação de benefícios concedidos:

Acordo Coletivo	% ou Valor (R\$)
Último reajuste aplicado	4,08%
Adicional de horas extras	50%
Adicional Noturno	42,85714%
Auxílio Alimentação	R\$ 544,62
Vale Refeição	R\$ 698,83
Auxílio Creche	R\$ 929,58
Auxílio Falecimento	R\$ 6.303,77
Auxílio ao Filho Excepcional	R\$ 1.078,32
Seguro de Vida Morte Natural e Invalidez	R\$ 57.259,61

criação e remuneração de cargos comissionados, inclusive os de livre nomeação e exoneração, e participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas;

⁷ Ata JOF de 05/05/2017: “A JOF:

CONSIDERANDO os princípios e as normas que norteiam a conduta administrativa pautada pela responsabilidade na gestão fiscal e no controle de despesas, em especial, aqueles contidos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidades Fiscal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na legislação municipal correlata;

CONSIDERANDO a situação de recessão na economia nacional que acarretou uma necessidade de ajuste fiscal em todas as esferas de governo;

CONSIDERANDO a representatividade do custo de pessoal nas empresas estatais, suas frágeis situações financeiras e a forte dependência de contratos e convênios celebrados com o Município de São Paulo,

Delibera por definir as seguintes diretrizes para negociações salariais nas empresas municipais, no ano de 2017:

1 - Que as empresas municipais paulistanas não concedam novos benefícios na negociação do acordo coletivo de trabalho ou majorem benefícios previamente existentes, real ou nominalmente; bem como,

2- Que as empresas municipais observem como teto de reajuste nominal dos salários na data-base, o valor de 4%.

O valor a ser negociado por cada Empresa poderá ser inferior ao estabelecido nesta deliberação, caso a situação econômica específica de cada empresa assim o exija, não havendo previsão de novos aportes de recursos do Tesouro Municipal que se mostrem necessários, em decorrência de reajustes concedidos em desconformidade com o previsto nesta deliberação.”

Seguro de Vida Morte Acidental	R\$ 114.519,22
Assistência Funeral Familiar	R\$ 4.911,05
Complemento Auxílio Doença Previdenciário/Acidentário	80% do valor do Salário Base – Valor Benefício Previdenciário.

Plano De Investimentos

Status: Não Satisfatório

Investimento	Descrição	Montante da Meta Executada em 2017	Meta 2017	Explicações sobre o desempenho em 2017	Meta 2018	Atualização dos custos para 2018, se houver	Riscos à Execução conforme Compromisso // Explicações sobre atualização apontada
Elaboração do projeto funcional para o Sistema de Informação aos Usuários	A SMT e a SPTrans desenvolveram o projeto de um sistema de informação ao usuário, a ser implantado nos locais de embarque de passageiros, especialmente nos pontos de parada e nas Conexões da rede e que se integre ao conjunto de outros canais de informação que já são ofertados.	-	5.000	Ao longo de todo o período (2017) foram revisadas as diretrizes para o novo edital de licitação para concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, não sendo consolidado um novo modelo para o Sistema de Informação ao Usuário.	-		
Renovação e atualização dos equipamentos de informática (computadores, servidores e impressoras).							R\$ 3.638,40 mil - Renovação do Parque Tecnológico da SPTrans.
Expansão da capacidade de armazenamento de dados e melhoria na transmissão de dados através de rede wi-fi.							R\$ 3.490,38 mil - Demais itens de informática.
Equipamentos					90,00	10.900	R\$ 2.221,34 mil - Aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos, móveis e utensílios.
							R\$ 1.550,00 mil - Melhorias da funcionalidade em prédios próprios da Empresa.
* valores em R\$ mil							

O Plano de Investimento não contempla os investimentos realizados no valor total de R\$ 659 mil em 2017 para aquisição de máquinas e equipamentos, conforme evidenciado no fluxo de caixa do SADIN. A empresa deixou de informar sobre tais investimentos quando da elaboração do CDI.

Por sua vez, o investimento listado para 2017 que tratava de Elaboração de Projeto Funcional para o Sistema de Informação aos Usuários não foi concretizado porque os esforços foram concentrados para revisar as diretrizes do novo edital de licitação de concessão do serviço de transporte coletivo.

Para 2018, foi realizada a atualização dos custos, sem prejuízo de impacto no fluxo de caixa, porque na elaboração do CDI havia sido contemplado este valor de Investimento em materiais de almoxarifado e manutenção de equipamentos no orçamento da empresa, entretanto não constou do Plano de Investimentos do CDI. Segundo a empresa, tais recursos de investimentos foram aprovados pela Lei Orçamentária Anual de 2018 nº 16.772 de 27/12/2017 através da dotação orçamentária "Aumento de Capital da SPTrans – Constituição ou Aumento de Capital das Empresas".

Produtos

Status: Satisfatório

Produtos	Descrição	Montante da Meta Executada em 2017	Meta 2017	Explicações sobre o desempenho em 2017	Meta 2018	Atualização dos custos em 2018, se houver	Riscos à Execução conforme Compromisso // Explicações sobre atualização apontada
Apoio à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	<p>Consolidação de versão revisada do Edital para Concessão do Transporte Coletivo por ônibus, em especial nos itens relativos à descrição do Sistema Integrado de Transporte Coletivo e seu funcionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Anexo I – O Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município de São Paulo; Anexo II – Legislação Anexo III – Especificação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo; Anexo IV – Política Tarifária e Remuneração Anexo V – Padrões Técnicos dos Veículos, Infraestrutura Básica de Garagem e Infraestrutura para bilhetagem eletrônica. Anexo VI – Investimentos e Responsabilidade Anexo VII – Gestão Operacional do Serviço Concedido Anexo VIII – Contrato 	1	1	<p>A meta em 2017, atingiu seu objetivo em 100% com a finalização da consolidação e a publicação em 21/12/17 da minuta completa do Edital para consulta pública.</p> <p>Foi concluído também a revisão da rede de transporte atualmente em operação, visando modernizar e organizar a oferta de transporte pela adoção do modelo de organização em rede</p>	Publicar o Edital Final para Concessão do Transporte Coletivo por ônibus.	1	<p>Pela grandeza desta licitação, o ritual deste processo tem sido incorporado com diversas demandas externas. Foram mais de 7.000 (sete mil) sugestões/questionamentos recebidos no período aberto de consulta pública. Além de questionamentos formulados pelo TCM. Neste aspecto a expectativa é responder/esclarecer todos os questionamentos, inclusive dos órgãos reguladores, para a publicação do Edital final, abrindo-se, portanto, o prazo de entrega das propostas de empresas/consórcios interessadas.</p>
Contrato com Operadoras	Revisão e adequação na documentação para a licitação de Concessão da Operação do Sistema do Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.	-	-	<p>Em 2017, foi criado o "Plano de Gestão Ambiental para o Sistema de Transporte Público de São Paulo", estabelecendo, principalmente para a operação de garagens as diretrizes ambientais para a operação do sistema, bem como os critérios de monitoramento e controle para o atendimento a estas diretrizes.</p> <p>Também foi realizado em conjunto pela Gerencia de Meio Ambiente - GMA/ Gerencia de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - GDI/Gerencia e Projeto e Implantação - GPI, revisão no "Manual de Infraestrutura Básica de Garagens e Pátios", que estabelece os critérios de operação das garagens.</p>	-	-	<p>O cumprimento desta meta, esta diretamente ligado a conclusão do processo licitatório em curso, conforme item anterior.</p>
Interação com outras Secretarias	Interação com as Secretarias: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA, Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB e a Secretaria Municipal de Serviços e Obras – SMSO.	-	-	<p>A SPTtrans através de sua Gerencia de Meio Ambiente - GMA, mantém no CADES/SVMA o conselheiro titular representante da SMT e no CAPPS/SMUL o conselheiro suplente.</p>	-	-	<p>Firmar com SEHAB e SMSO "Termo de Cooperação Técnica".</p>
Projetos de Acessibilidade dos Terminais	Projeto de adequação de todos os terminais existentes para atendimento das normas de acessibilidade seguindo exigências do Ministério Público que será composto de Arquitetura, Hidráulica, Elétrica, Estrutura, Geometria, Informação ao Usuário, entre outras disciplinas.	Levantamento e Licitação	27%	<p>A meta prevista para 2017, foi concluída até a publicação do edital de licitação, ocorrido em Set/17. No entanto, o TCM solicitou a suspensão da licitação, por entender que é conflitante esta licitação com o projeto do Programa de Concessão dos Terminais.</p>	73%		
Apoio Técnico às Intervenções de Projetos	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a Supervisão – Projeto - Apoio a Supervisão – Meio Ambiente - Compensação Ambiental e Paisagismo em Garagens - Compensação Ambiental e Paisagismo em Terminais - Elementos Expropriatórios para Garagens - Elementos expropriatórios para Terminais - Investigação em Áreas com Potencial de Contaminação em Garagens <p>Valor Total 2017: R\$ 3.705 mil</p>	Levantamento	3%	<p>Pela não liberação de recursos do FMDT para a elaboração de estudos e projetos de melhoria no sistema de transporte público de São Paulo, houve a revisão do Plano de Trabalho da empresa não prevendo recursos para estas ações.</p>	97%		

Produtos	Descrição	Montante da Meta Executada em 2017	Meta 2017	Explicações sobre o desempenho em 2017	Meta 2018	Atualização dos custos em 2018, se houver	Riscos à Execução conforme Compromisso // Explicações sobre atualização apontada
Requalificação de Corredores Exclusivos já existentes	- Adequação Geométrica e Intervenção em Corredores e Viários - Intervenções em Corredores e Viários – Sistema Trólebus Valor Total R\$ 119.433 mil	47% 30%	28% 13%	Houve um forte avanço no cronograma de execução destas obras, pois estas passaram a fazer parte do Programa Asfalto Novo. Custo realizado R\$ 26.409 mil Com o repasse de verbas do FMDT, houve um forte avanço de execução destas intervenções pela urgência de manutenção e modernização que demandava a infraestrutura instalada. Custo Realizado R\$ 19.185 mil	72% 87%	R\$ 38.756 R\$ 28.987	
Projeto de Novos Terminais	Os projetos dos novos terminais serão dividido em Arquitetura, Geometria, Paisagismo, Informação ao Usuário, Elétrica, Hidráulica, Acessibilidade, Cadastro Botânico, Drenagem, Iluminação Pública, Desvio, Sinalização Horizontal, Vertical e Semafórica, Pavimento, Topografia, Terraplenagem, Geotecnia, Interferência, Sistemas Eletrônicos e Telecomunicações. A - Desenvolvimento de Estudos e Projetos para Revisão do Manual de Comunicação Visual. Projeção Inicial de Custos 2017: R\$ 80 mil B - Desenvolvimento de Estudos e Projetos para Revisão do Caderno de Projetos Padrão para Terminais. Projeção Inicial de Custos 2017: R\$ 150 mil C - Programa de mobilidade urbana Etapa 3– Terminais - Projeção Inicial de Custos 2018: R\$ 6.000 mil	A - 100% B - 75% Levantamento - Licitação - Contratação C - -	A - 100% B - 100% C - 0	A - Meta concluída em 2017, com a entrega final do produto pela empresa contratada. Em 2017 o custo realizado foi de R\$ 80 mil. B - Com o andamento do contrato para o desenvolvimtno de estudos e Projetos, atingiu-se 75% da execução desta ação. Os 25% faltantes, refere-se as revisões necessárias e adequações que surgiram com o andamento do contrato. Em 2017 o custo realizado foi de R\$ 112,5 mil C - Pela não liberação de recursos do FMDT para a elaboração de estudos e projetos de melhoria no sistema de transporte publico de São Paulo, houve a revisão do Plano de Trabalho da empresa não prevendo recursos para estas ações.	A - 0 B - 25% C - 100%	A - 0 B - R\$ 37,5 mil	
Projeto de Novos Corredores	Os projetos dos novos corredores serão dividido em Arquitetura, Geometria, Paisagismo, Informação ao Usuário, Elétrica, Hidráulica, Acessibilidade, Cadastro Botânico, Drenagem, Iluminação Pública, Desvio, Sinalização Horizontal, Vertical e Semafórica, Pavimento, Topografia, Terraplenagem, Geotecnia, Interferência, Sistemas Eletrônicos e Telecomunicações. A - Desenvolvimento de Estudos e Projetos para Elaboração do Caderno de Projetos Padrão para Novos Corredores. Projeção Inicial de Custos 2017 e 2018: R\$ 300 mil B - Programa de Mobilidade Urbana – Etapa 3 – Corredores. Projeção Inicial de Custos 2018: R\$ 27.967 mil	0	A - 50% B - 0	Pela não liberação de recursos do FMDT para a elaboração de estudos e projetos de melhoria no sistema de transporte publico de São Paulo, houve a revisão do Plano de Trabalho da empresa não prevendo recursos para estas ações .	A - 50% B - 100%		
Diretrizes de redução de despesa para Administração Indireta	Implementar as diretrizes estabelecidas no decorrer do ano para a redução dos gastos públicos. As reduções são: • 30% dos cargos em comissão – Diretriz da Secretaria Municipal de Gestão; • 30% nos contratos de locação de imóveis – Decreto 57.580 de 19/01/2017; • 15% nos demais contratos e instrumentos congêneres – Decreto 57.580 de 19/01/2017; • 20% nas despesas operacionais – Plano de Metas (gasto efetivado nos últimos 12 meses)/(gasto médio anual entre 2014-2016) -1		Na descrição		Na descrição		

Dos oito Produtos propostos pela SPTRANS para execução em 2017, dois deles (Apoio Técnico às Intervenções de Projetos e Projeto de Novos Corredores) não tiveram execução devido a não liberação de recursos do FMDT (Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito):

1. Apoio à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes na elaboração dos anexos técnicos do Edital de Concessão do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo. Explicações no quadro.

2. Contrato com Operadoras

Em complementação ao citado no quadro sobre este produto, em 2017, baseados principalmente nestes 2 documentos (O novo Plano de Gestão Ambiental do Sistema e o revisado Manual de Infraestrutura Básica), foram realizadas vistorias técnicas nas 45 garagens e nos 10 pátios que compõem o sistema, objetivando orientar os concessionários, bem como divulgar os documentos e seus objetivos para a efetiva regularização operacional e ambiental destas garagens e pátios. Segundo a entidade, para 2018, a meta é estar com 100% destas garagens e pátios regularizados.

3. Interação com outras Secretarias. Explicações no quadro.

4. Projetos de Acessibilidade dos Terminais. Explicações no quadro.

5. Apoio Técnico às Intervenções de Projetos. Houve revisão do Plano de Trabalho para esta ação devido à falta de recursos.

6. Regularização de Corredores Exclusivos já existentes. Explicações no quadro.

7. Projeto de Novos Terminais. Explicações no quadro.

8. Projeto de Novos Corredores. Houve revisão do Plano de Trabalho para esta ação devido à falta de recursos.

9. Diretrizes de redução de despesa para Administração Indireta

Durante a elaboração do CDI, a Secretaria Municipal de Gestão, em outubro de 2017, solicitou que fossem incluídas como Produtos algumas diretrizes para redução de despesa que haviam sido estabelecidas em 2017:

- 30% dos cargos em comissão⁸ – Diretriz da Secretaria Municipal de Gestão:

⁸ Em novembro de 2017 foi alinhado com a Secretaria Municipal de Gestão que o acompanhamento dos Cargos em Comissão partiria das seguintes premissas: (i) Data base: 01/01/2017, mesmo para adaptações que tenham ocorrido em momento anterior, ao longo do período de transição; (ii) Nessa data base, considerar os cargos existentes e devidamente aprovados, e não os cargos ocupados; (iii) Devem ser considerados no cálculo: (a) cargo em comissão puro (não concursado com cargo); (b) cedidos com cargo (são os cedidos pelo Município, Estado ou União, e ocupam

A empresa informou que a redução efetuada nos cargos em comissão corresponde a 12,12% no quantitativo e 21,09% sobre o custo do ano anterior. No entanto, o Departamento de Defesa de Capitais e Haveres (DECAP) faz um levantamento mensal, a pedido da Secretaria Municipal de Gestão, sobre a folha de pagamento incluída no SADIN pelas empresas e a posição em dezembro de 2017 mostra que a empresa apresentava 52 vínculos acima da meta.

ACOMPANHAMENTO DA DIRETRIZ DE REDUÇÃO DE 30% DOS CARGOS	Resposta das Empresas Posição em 01/01/2017				TOTAL DE CARGOS EM 01/01/2017	META COM REDUÇÃO DE 30%	TOTAL DE CARGOS ATUAL Folha de Pgto SADIN	Cargos acima da meta:
	(a) cargo em comissão puro (não concursado com cargo)	(b) cedidos com cargo (são os cedidos pelo Município, Estado ou União, e ocupam cargo na empresa em que atuam)	(c) função de confiança (concurado com cargo)	(d) diretoria				
SPTRANS	246	5	28	6	285	200	252	52

- 30% nos contratos de locação de imóveis e 15% nos demais contratos e instrumentos congêneres – Decreto 57.580 de 19.01.17

Após questionamento por e-mail a empresa apresentou os resultados abaixo, onde se verifica que houve redução de 47,56% nos contratos de locação de imóveis, de forma que esta meta foi cumprida. No entanto, nos demais contratos a redução foi de 1,40%, bem distante dos 15% do estabelecido via Decreto. Portanto, a meta não foi atingida.

Renegociação de Contratos - Imóveis - Decreto nº 57.580/2017		
Contratada	Saldo Contratual Atualizado (com reajuste) Posição em 31/12/2016	Redução Negociada
JMR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	R\$ 2.548.956	R\$ 664.071
PM EMPREENDIMENTOS E BAALBEK EMPREENDIMENTOS	R\$ 10.528.000	R\$ 6.124.892
LEVON KISSAJIKIAN E OUTROS	R\$ 2.344.597	R\$ 545.034
TOTAL	R\$ 15.421.553	R\$ 7.333.998
		PERCENTUAL DE REDUÇÃO
Fonte: SPTRANS-DA/SAM/GAD		47,56%

cargo na empresa em que atuam); (c) função de confiança (concurado com cargo); e (d) diretoria; e (iv) Não devem ser considerados no cálculo: (a) cedidos sem cargo (são os cedidos pelo Município, Estado ou União, e não ocupam cargo na empresa em que atuam, apenas recebem uma gratificação)

Renegociação Demais Contratos - Decreto nº 57.580/2017		
Contratada	Saldo Contratual Atualizado (com reajuste) Posição em 31/12/2016	Redução Negociada
CONSÓRCIO BILHETE SÃO PAULO	R\$ 56.587.181	R\$ 0
EVOLUTION CARD PERSONALIZAÇÃO EM CARTÕES DE PVC LTDA. EPP	R\$ 671.840	R\$ 20.560
CONSÓRCIO VIA AÉREA	R\$ 40.039.582	R\$ 0
QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A	R\$ 543.542	R\$ 0
TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.	R\$ 1.568.705	R\$ 0
INTERATIVA DEDETIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.	R\$ 2.487.049	R\$ 0
MULTILIXO REMOÇÕES DE LIXO S/S LTDA	R\$ 437.199	R\$ 54.893
ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	R\$ 5.713.161	R\$ 75.371
UOL DIVEO TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 1.993.927	R\$ 111.493
DIGICON S/A CONTROLE ELETRÔNICO PARA MECÂNICA	R\$ 1.234.056	R\$ 88.100
WINDGRAF GRÁFICA E EDITORA EIRELI - EPP	R\$ 206.573	R\$ 61.750
SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A	R\$ 1.044.152	R\$ 201.678
CLARO S.A.	R\$ 1.563.820	R\$ 820.251
VALID SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM MEIO DE PAG E IDENT. S.A.	R\$ 904.000	R\$ 115.087
ECT - EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS TELÉGRAFOS	R\$ 5.771.269	R\$ 0
ECT - EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS TELÉGRAFOS	R\$ 259.042	R\$ 0
VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 148.500	R\$ 0
ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 403.400	R\$ 8.068
CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	R\$ 1.060.118	R\$ 6.803
VIVA LOG ENTREGAS EIRELLI- EPP	R\$ 24.938	R\$ 0
TELEFÔNICA BRASIL S/A	R\$ 652.781	R\$ 6.413
THOMAS GREG & SONS GRAF. E SERV. IND. E COM. IMP. E EXP. DE EQUIP. LTDA	R\$ 2.099.500	R\$ 36.921
MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA	R\$ 318.335	R\$ 6.987
ACECO TI S.A.	R\$ 258.656	R\$ 3.206
CONSÓRCIO CORREPAV	R\$ 40.929.949	R\$ 723.508
TOTAL	R\$ 166.921.275	R\$ 2.341.087
	PERCENTUAL DE REDUÇÃO (DEMAIS)	
Fonte: SPTRANS-DA/SAM/GAD	1,40%	

- 20% nas despesas operacionais⁹ – Plano de metas (gasto efetivado nos últimos 12 meses) / (gasto médio anual entre 2014-2016) -1

Economicamente, segundo fórmula apresentada para apuração houve um aumento de 95% nas despesas operacionais.

Na negociação do CDI, a JOF, em reunião de 02/02/18, e o COGEAI determinaram também a inclusão de três Produtos para acompanhamento em 2018: Incremento das Receitas Acessórias em 15%, Elaboração de um Plano de Contingência em relação às fraudes e Plano de Redução de Subsídio do Transporte Público.

Quanto ao Incremento das Receitas Acessórias em 15%, a intenção da Junta foi bem genérica e de aplicação a todas as entidades sem considerar eventual especificidade como a apresentada pela SPTrans. Por ocasião da determinação, a empresa já havia se manifestado que dependendo da origem das receitas poderia ser afetado o direito da SPTrans à imunidade tributária recíproca, e isso oneraria ainda mais a Municipalidade. A decisão a respeito da imunidade tributária recíproca é baseada no fato de a empresa não explorar atividade econômica. Dessa forma, de acordo com a entidade, qualquer receita acessória não pode se configurar exploração de atividade econômica em regime de concorrência, sob pena de a empresa perder os benefícios fiscais alcançados. Isso também pode influenciar na decisão do STF sobre o direito da empresa em pagar suas dívidas judiciais por meio de precatório. Isso posto, registra-se que a empresa tende a não apresentar ação mesmo em 2018.

Em que pese o Produto "Plano de Contingência em relação às fraudes" ter sido determinado para 2018, a empresa informou, quando questionada, que as ações se concentraram na mitigação das fraudes do sistema atual, com o cancelamento diário de cartões fraudulentos.

Identificamos também, via ata do Conselho Fiscal, alguns pontos que tratam de atividades neste sentido. Na reunião de agosto de 2017, após questionamentos anteriores sobre o resultado das ações e das providências que são desenvolvidas pela entidade na intenção de "prevenir e de combater fraudes na concessão e na utilização do benefício da gratuidade no sistema de transporte coletivo municipal", a entidade ressaltou importante convênio firmado com a CPTM e o Metrô, para o emprego de esforço conjunto visando combater as ações voltadas à defraudação do sistema, sobretudo por meio do bloqueio dos cartões do Bilhete Único envolvidos nas manobras de clonagem de cartões e de equipamentos para recarga de créditos. Na ocasião foi informado também que em meados de 2018 ocorreria a substituição do sistema de bilhetagem eletrônica, por outro modelo com tecnologia mais avançada.

A Diretoria reforçou o reprovável caráter endêmico das ações de fraude e tem contado com a cooperação de força policial especializada para combater tais ações além de dispor de equipe jurídica para representar a empresa na condução das ocorrências e tem, também, promovido ações educativas para conscientizar a

⁹ Foram consideradas as despesas operacionais constantes nas Demonstrações do Resultado do Exercício cadastradas no SADIN (Sistema de Acompanhamento da Administração Indireta).

população. Ressaltou-se também que a instalação de equipamentos de identificação biométrica que permitem o reconhecimento facial dos passageiros cadastrados tem gerado significativa redução das ações de fraude no interior dos coletivos.

Ainda sobre este ponto, na reunião do Conselho Fiscal de setembro de 2017 foi informado ao Colegiado que a Empresa empreendeu ajustes operacionais que resultaram em aumento efetivo, capacitação e aparelhamento da equipe de fiscalização da área de Prevenção de Fraudes. Houve, conseqüentemente, aprimoramento e padronização de procedimentos e ampliação da abrangência de atuação que passou a ocorrer em dois turnos todos os dias da semana e, havendo, necessidade, são realizadas megaoperações com o apoio de outras equipes de fiscalização. Com todos estes esforços empreendidos, a empresa conseguiu diminuir as fraudes.

Indicadores

Status: Satisfatório

Indicador	Descrição	Média dos Resultados - 2º Semestre 2017	Montante da Meta Executada em 2017	interpretação	Meta 2017	Explicações sobre o desempenho em 2017	
Reclamação do Serviço	Valor: 136.000 passageiros transportados por reclamação. Avalia a incidência de reclamações sobre a prestação dos serviços, permitindo subsidiar a definição de ações corretivas e preventivas para solucionar os problemas apontados pelos usuários.	103.325	76%	Quanto mais alto melhor	136.000		
IPP/RM – Pontualidade das Partidas da Rede da Madrugada	Valor: em percentual. Mede a pontualidade das partidas realizadas em relação aos horários programados, a fim de atender aos atributos de confiabilidade, regularidade e frequência da Rede de Linhas da Madrugada - Noturno.	96,37%	99,35%	Quanto mais alto melhor	97%		
ICV/RM Cumprimento de Viagens da Rede da Madrugada	Percentual de cumprimento das viagens programadas. Avalia o cumprimento das viagens programadas, a fim de atender aos atributos de confiabilidade, regularidade e frequência da Rede de Linhas da Madrugada - Noturno.	97,32%	97,32%	Quanto mais alto melhor	100%		
IEP - Veículos Aprovados em Inspeção de Poluentes	Percentual de veículos aprovados nas inspeções de poluentes. Avalia, por meio de vistoria de emissão de poluentes, o grau de comprometimento das Operadoras com a preservação do meio ambiente.	94,30%	94,30%	Quanto mais alto melhor	100%		
IPP – Pontualidade das Partidas	Valor: em percentual. Mede a pontualidade das partidas realizadas em relação aos horários programados, visando à tomada de ações para melhorar a regularidade e confiabilidade dos serviços.	59,00%	60,82%	Quanto mais alto melhor	97%		
IRO - Reclamações sobre Conduta de Operadores	Valor: 173.000 passageiros transportados por reclamação. Monitora o grau de insatisfação dos usuários com relação ao tratamento dispensado e a conduta dos operadores.	171.927	99,38%	Quanto mais alto melhor	173.000		
ICL - Limpeza, Conservação e Manutenção da Frota	Avalia, numa escala de pontuação de 0 a 100, a conformidade dos processos de limpeza, conservação e manutenção da frota de veículos em operação.	82,90	82,90%	Quanto mais alto melhor	100		
MKBF - Média de Quilômetros entre Falhas	Valor: 10.000 km percorridos entre falhas. Mede a eficiência da manutenção na execução dos reparos corretivos e preventivos da frota, disponibilizando veículos seguros e confiáveis para a operação das linhas.	9.928	99,28%	Quanto mais alto melhor	10.000		
IDTA - Transmissão do Equipamento Embarcado - AVL "AutomaticVehicleLocation"	Percentual de disponibilidade de transmissão por veículo. Controla a disponibilidade e a regularidade de transmissão dos equipamentos embarcados nos veículos, visando garantir o pleno monitoramento e controle eletrônico das linhas e da frota em operação.	96,90%	96,90%	Quanto mais alto melhor	100%		
ICV - Cumprimento de Viagens	Percentual de cumprimento das viagens programadas. Avalia a eficiência no cumprimento das viagens programadas, a fim de verificar a regularidade da prestação dos serviços em todas as faixas horárias do dia.	91,90%	94,74%	Quanto mais alto melhor	97%		
IOP - Ocupação de Passageiros nos Veículos	Monitora o grau de conforto oferecido aos usuários, apurando a densidade média de passageiros no interior dos veículos em operação.	4,7	78,33%	Quanto mais baixo melhor	6		
IQA-Quilômetros por Acidente (PRAT)	Avalia a ocorrência de acidentes, com responsabilidade do motorista, registrados e analisados pelo PRAT - Programa de Redução de Acidentes de Trânsito, que põem em risco a integridade física dos usuários, tripulação e terceiros.	31,0	3,29%	Quanto mais baixo melhor	0	Se não houvesse acidentes registrados, o total de km percorridos seria de 75.751.680. Como foram registrados 31 acidentes, o total de km percorridos sem acidentes foi de R\$ 2.492.467.	
IQT – Índice de Qualidade do Transporte	Avalia, numa escala de classificação de notas, utilizando os conceitos ótimo, bom, regular e ruim, o desempenho de cada Operadora, possibilitando àquelas que apresentarem resultados inferiores empreender esforços para atingir o nível das demais, promovendo, assim, a melhoria contínua do Sistema de Transporte.	Regular	96,20%	Quanto mais alto melhor	Bom	A nota média do Sistema de Transporte foi 73,11, conceito "regular". A nota mínima que corresponde ao conceito "bom" é 76, usada como referência para cálculo do montante executado.	
Reclamações recebidas e atendidas	Acompanhamento do histórico de reclamações recebidas vs atendidas.	24	-	100%	Quanto mais alto melhor	100%	Em 2017 foram registradas 85.944 reclamações sendo que 85.722 foram atendidas.
Redução das Despesas Operacionais	Face o histórico de projeções com resultado financeiro zero, acompanhar especificamente a redução das despesas operacionais.	-	-	-	Quanto mais baixo melhor	-	

No geral, o resultado da SPTrans no atingimento dos Indicadores foi satisfatório. O resultado da maior parte dos indicadores, especialmente aqueles propostos pela própria entidade, depende do desempenho dos operadores do Sistema de Transporte.

Dois dos indicadores foram determinados pela JOF na negociação do CDI: Reclamações atendidas e recebidas e Redução das Despesas Operacionais.

Reclamações recebidas e atendidas

Este indicador foi determinado para que se acompanhasse o histórico das reclamações da entidade.

	Reclamações em 2017			
	RECEBIDAS	ATENDIDAS	PENDENTES	% AT/REC
Jan	6.714	6.710	4	
Fev	8.495	8.493	2	
Mar	8.660	8.657	3	
Abr	6.938	6.931	7	
Mai	7.783	7.780	3	
Jun	6.941	6.935	6	
Jul	6.698	6.696	2	
Ago	8.997	8.989	8	
Set	7.498	7.477	21	
Out	6.804	6.787	17	
Nov	5.571	5.538	33	
Dez	4.845	4.729	116	
Acumulado	85.944	85.722	222	100%

Redução das Despesas Operacionais

A ideia é acompanhar o desempenho das despesas operacionais. O acompanhamento será feito pela DRE do inserida no SADIN pela empresa.

	2017	2016
Receitas (Despesas) Operacionais	-97.317	65.522

R\$ mil; DRE SADIN

Em 2017, evidencia-se o resultado negativo porque no item despesas gerais e administrativas houve estorno da provisão do contingente tributário em set/2016, baseado no parecer jurídico que considera a possibilidade de perda da imunidade tributária como sendo remota. Se não houvesse ocorrido este estorno o resultado de 2016 seria de R\$ -77.690 mil (*ceteris paribus*) e a despesa teria subido 25%.

Plano De Trabalho Do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem cumprido a sua programação de reuniões além de realizar reuniões mensais e seguido os tópicos do Plano de Trabalho.

Plano de Trabalho Conselho Fiscal SPTrans			
Jan/17	Avaliar plano de investimento da empresa, Plano de Administração e execução do CDI 2015-2016	Não concluído	-
	Análise do Fluxo de Caixa Mensal e Projeção Anual	Concluído	ATA CF nº 001/17 - Procedeu-se à análise do Orçamento Financeiro da Empresa e o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o "Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2016 - janeiro a dezembro (dados realizados)", emitido em janeiro de 2017 pela Gerência de Orçamento.
	Análise de prejuízos: acompanhar a evolução das despesas fixas e suas justificativas; verificar, na ocorrência de prejuízos acumulados, a possibilidade de redução do capital social; examinar a possibilidade de capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	Concluído	
	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos	Concluído	Os representantes da Superintendência Financeira apresentaram esclarecimentos aos membros do Conselho Fiscal com relação às Demonstrações Contábeis referentes ao mês de outubro de 2016 e, assim sendo, decidiu o Colegiado aprovar, sem

			ressalvas, as referidas Demonstrações Contábeis. O Sr. Wagner Ramos, representante da Auditoria Interna, apresentou aos presentes a nova proposta de "Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o início do Exercício de 2017", proposta essa que, por unanimidade, foi aprovada pelo Colegiado. O Colegiado ratificou o recebimento para análise do Relatório de Auditoria, como também aprovou, as justificativas contidas no atendimento às não conformidades apontadas nos Relatórios Circunstanciados de Auditoria do exercício findo em 2015, emitidos pela empresa Maciel Auditores SS - EPP.
Fev/17	Análise do Fluxo de Caixa Mensal e Projeção Anual	Concluído	ATA CF 002/17 Procedeu-se à análise do Orçamento Financeiro da Empresa e o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o "Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2017 - janeiro (dados realizados)", emitido em fevereiro de 2017 pela Gerência de Orçamento. Com relação ao exame das Demonstrações Contábeis relativas aos meses de novembro de 2016 e preliminar de dezembro 2016, o Colegiado decidiu aprovar, por
	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos		
	Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório, examinar		

	demonstrativos de Valores a Receber.		unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis.
Mar/17	Análise das Demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016	Concluído	<p>ATA CF 003/17</p> <p>O Sr. Claudio Rogerio de Oliveira, responsável técnico da empresa Maciel Auditores S/S foi convidado no sentido de esclarecer eventuais dúvidas concernentes aos exames procedidos pelos auditores independentes.</p> <p>Os membros do Conselho Fiscal prontamente iniciaram o exame da citada documentação.</p> <p>Foram encaminhadas ao Colegiado cópias integrais das mencionadas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.</p> <p>O Colegiado formulou indagações a respeito das citadas peças contábeis, perguntas essas que foram satisfatoriamente respondidas pelos demais presentes a esta reunião.</p> <p>Os membros do Colegiado conjuntamente subscreveram parecer de que as peças contábeis dos auditores independentes refletem a situação econômico-financeira</p>

			das contas da empresa e de que reúnem condições para serem apreciadas e integralmente aprovadas pelos acionistas.
	Análise do Fluxo de Caixa Mensal e Projeção Anual	Não concluído	O Colegiado deliberou que as ações voltadas ao cumprimento do "Plano de Trabalho do Conselho Fiscal" deverão ser retomadas na próxima reunião ordinária deste Conselho.
	Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de valores a receber.		
	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos		
Abr/17	Avaliação geral das análises feitas ao longo do ano e eventuais recomendações	Concluído	<p>ATA CF 004/17</p> <p>O Conselheiro Sr. Ahmed Sameer El Khatib esclareceu aos presentes que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 47, instrumento destinado a disciplinar o reconhecimento de receita proveniente de contratos, que revogará o Pronunciamento Técnico CPC 30 e que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2018. Ao prosseguir em sua</p>

		<p>explicação, o Conselheiro também apresentou recomendação no sentido de que a São Paulo Transporte S/A providencie estudos e ações visando ajustar a forma de apresentação dos resultados contábeis com base nas modificações impostas pelo citado material normativo.</p> <p>Diante dessa recomendação, o Sr. Sergio Krichanã Rodrigues, Diretor de Administração e Infraestrutura, prontamente esclareceu aos presentes que, de imediato, deverão ser providenciadas simulações, visando ajustar as práticas vigentes às respectivas alterações estabelecidas pela referida disciplina normativa, para sobrevinda aplicação.</p>
Análise dos relatórios semestrais decorrentes do acompanhamento do Compromisso de Desempenho Institucional	Não concluído	
Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de Valores a Receber.	Concluído	O Sr. Wagner Ramos esclareceu ao Colegiado que, de forma regular, foi iniciado o processo licitatório destinado à contratação de serviços técnicos especializados de Auditoria Externa para exame das Demonstrações Contábeis da São Paulo Transporte S/A para o exercício de 2017, assegurando

			<p>aos presentes que todos serão devidamente participados a respeito do desdobramento e do desfecho desse processo licitatório.</p> <p>O Colegiado realizou o exame do Orçamento Financeiro da empresa. Foi aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, o "Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2017 - janeiro a março (dados realizados)".</p> <p>O Colegiado realizou o exame das Demonstrações Contábeis relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, decidindo aprovar, por unanimidade e sem ressalvas.</p> <p>O Colegiado aprovou, por unanimidade, a proposta preliminar de calendário de reuniões do Conselho Fiscal para o exercício de 2017, apresentada pelo Sr. Wagner Ramos, representante da Auditoria Interna.</p>
	Análise do Fluxo de Caixa Mensal e Projeção Anual		
	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos		
Mai/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos	Concluído	<p>ATA CF 005/17</p> <p>O Colegiado deliberou por declarar eleito para presidir este Conselho Fiscal o Sr. Edemilson Gasparotti.</p> <p>Houve exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de março de 2017 e o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem</p>

			<p>ressalvas, as referidas Peças Contábeis.</p> <p>O Conselheiro Sr. Ahmed Sammer El Khatib e o representante da Superintendência Financeira, Sr. Mauro José de Araujo, manifestaram-se no debate sobre as Demonstrações Contábeis. Neste mesmo debate, o Sr. Wagner Ramos também manifestou-se reconhecendo a relevância das citadas proposições.</p> <p>Procedeu-se ao exame do Orçamento financeiro da Empresa e o Colegiado decidiu aprovar, igualmente por unanimidade e sem ressalvas, o "Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2017 - janeiro a abril (Dados Realizados)".</p> <p>Ainda tratando do Orçamento Financeiro, a Conselheira Sra. Lucilene Oshiro Corrêa solicitou informações a respeito do resultado das ações e das providências que são desenvolvidas pela SPTrans S.A, com o objetivo de prevenir e de combater fraudes na concessão e na utilização do benefício da gratuidade no sistema de transporte coletivo municipal. Os representantes da Superintendência Financeira prontificaram-se a levantar essas informações junto às respectivas áreas responsáveis, para</p>
--	--	--	---

			<p>posterior apresentação ao Colegiado.</p> <p>O Sr. Wagner Ramos apresentou ao Colegiado cópia da correspondência eletrônica (e-mail) emitida em 18 de maio de 2017 pela Gerência Contábil, contendo proposta de "Incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital". Diante disso, os membros do Conselho Fiscal, recomendaram, por unanimidade, a aprovação da citada proposta de "Incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", que resultará na emissão de ações ordinárias nominativas à Prefeitura de São Paulo, dentro do limite capital autorizado, em total conformidade com a legislação aplicável e com as exigências estatutárias.</p> <p>Ainda tratando do assunto, os membros do Conselho Fiscal deliberaram que esta Ata deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração da SPTrans, para que a referida proposta de aumento de capital social seja submetida à doura apreciação daquele Colegiado.</p>
		<p>Certidão Negativa de Débitos Tributários (Federais, Estaduais e Municipais), Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, Certificado de</p>	<p>O Conselho Fiscal, por unanimidade, acatou a sugestão de, primeiramente, oferecer a palavra à Dra. Lúcia Helena Rodrigues Capela e à Dra. Ivy Antunes Siqueira, representantes da Gerência Tributária, as quais,</p>

	Regularidade junto ao FGTS, Adimplência no Cadastro Informativo (CADIN) nas esferas Federal, Estadual e Municipal.		<p>pela competência, prontamente apresentaram ao Colegiado pormenorizados esclarecimentos acerca do êxito obtido pela São Paulo Transporte S/A em decisão judicial que determinou o cancelamento de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito lavrada em desfavor da SPTrans e que reconheceu a inexistência de cessão de mão de obra nos contratos celebrados entre abril de 1999 e agosto de 2001 com as empresas operadoras do sistema municipal de transporte coletivo de passageiros.</p> <p>Ao concluir sua explanação, a Dra. Lúcia Helena Rodrigues Capela destacou que, após o trânsito em julgado da referida decisão judicial, será providenciado o cancelamento da respectiva Notificação Fiscal de Lançamento de Débito lavrada em desfavor da SPTrans, salientando que, quando esse assunto estiver devidamente pacificado, além do esperado reflexo de ordem financeira, também poderá ocorrer a emissão da própria Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, asseverando, por conseguinte, a regularidade fiscal da Empresa. Para melhor detalhamento, as correspondentes informações</p>
--	--	--	--

			foram devidamente consignadas no manual intitulado "Êxitos em Ações Judiciais - Gerência Tributária - SJU/GTR - Retenção de Contribuição Previdenciária das Empresas Operadoras de Transporte; e Imunidade Tributária Recíproca", elaborado pela própria Gerência Tributária e cuja cópia foi distribuída aos presentes no início da reunião. O Colegiado prontamente analisou as informações apresentadas e, por unanimidade, considerou-as plenamente satisfatórias.
Jun/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos	Concluído	<p>ATA CF 006/17</p> <p>Foi examinada as Demonstrações contábeis relativas ao mês de abril de 2017, e o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis.</p> <p>Houve exame do Orçamento Financeiro da Empresa, e o Colegiado decidiu aprovar, igualmente por unanimidade e sem ressalvas, o "Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2017 - janeiro a maio (Dados Realizados)".</p> <p>A Conselheira Sra. Lucilene Oshiro Corrêa manifestou que, para a próxima reunião, o novo "Plano de Trabalho do Conselho Fiscal" para o exercício de 2017 estará sendo entregue assinado pelo Colegiado.</p>

Análise da Programação Anual da Auditoria Interna para o exercício de 2017, devidamente aprovada pela Chefia de Gabinete da Empresa		O Sr. Wagner Ramos, representante da Auditoria Interna, indagou quanto ao recebimento dos Relatórios Circunstanciados da empresa de Auditoria Externa que foram enviados, contendo o resultado dos exames procedidos nos controles internos referentes ao exercício findo de 2016, com o objetivo de proceder-se a todo acompanhamento do processo de saneamento de eventuais não conformidades e/ou recomendações possivelmente assinadas pelos auditores independentes.
Examinar trimestralmente as atas das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração	Não concluído	
Certidão Negativa de Débitos Tributários (Federais, Estaduais e Municipais), Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, Certificado de Regularidade junto ao FGTS, Adimplência no Cadastro Informativo (CADIN) nas esferas Federal, Estadual e Municipal.	Concluído	Pauta analisada na reunião CF 005/17 de 30 de maio de 2017.

Jul/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos	Concluído	ATA CF 007/17 Procedeu-se ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de maio de 2017 e o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis
	Aprovação do Plano de trabalho 2017	Concluído	O Colegiado elaborou e aprovou o novo "Plano de Trabalho do Conselho Fiscal para o exercício de 2017".
	Análise de eventuais recomendações do TCM e da Auditoria Externa	Não concluído	
	Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de Valores a Receber.		
	Examinar a evolução dos Créditos a Receber, em atraso.		
	Examinar situação das Contas a Pagar em atraso.		

	Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos		
Ago/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos	Concluído	ATA CF 008/17 O Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis relativas ao mês de junho de 2017 e o Orçamento Financeiro - janeiro a julho (dados realizados).
	Análise de eventuais recomendações do TCM e da Auditoria Externa.	Concluído	O Sr. Wagner Ramos tratou da regular posição em que se encontra o processo licitatório destinado à contratação de serviços técnicos especializados de Auditoria Externa para o exame das Demonstrações Contábeis da São Paulo Transporte S.A. para o exercício de 2017.
	Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.	Não concluído	

	Acompanhar trimestralmente em conformidade com o que requer a Lei 13.303/2016, datada 30/06/2016 em todos os seus aspectos de governança corporativa.		
	Análise dos Ativos: verificar a regularidade fiscal e de propriedade dos imóveis; verificar se as disponibilidades de caixa da empresa estão depositadas em instituições financeiras oficiais; examinar a composição do ativo não circulante e verificar a regularidade fiscal de propriedades dos ativos; acompanhar a composição do ativo imobilizado; verificar a regularidade das coberturas de seguros.		
Set/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos.	Concluído	ATA CF 009/17 Com relação ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de julho de 2017, o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis. O Colegiado decidiu, da mesma forma, aprovar por unanimidade e sem ressalvas o "Orçamento Financeiro -

			Conselho Fiscal - 2017 - janeiro a agosto (dados realizados)".
Acompanhar a execução dos trabalhos da Programação Anual da Auditoria Interna para o exercício de 2017, devidamente aprovada pela Chefia de Gabinete da Empresa.	Concluído	<p>O Sr. Wagner Ramos prestou informações ao Colegiado acerca dos trâmites do processo licitatório que está em andamento, destinado à contratação de serviços técnicos especializados de Auditoria Externa para exame das Demonstrações Contábeis da São Paulo Transporte SA para o exercício de 2017. Foi explanado sobre o porquê do primeiro lugar ser desclassificado.</p> <p>RCF 31/10/17: O Sr. Wagner Ramos informou ao Colegiado que a empresa TATICCA Auditores Independentes S.S - EPP foi regularmente contratada para a prestação de serviços técnicos especializados de Auditoria Externa para exame das Demonstrações Contábeis da São Paulo Transporte S.A. para o exercício de 2017.</p>	
Examinar trimestralmente as atas das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.	Não concluído		

	Análise de eventuais recomendações do TCM e da Auditoria Externa.		
	Análise do Passivo: verificar se os critérios adotados para provisões, bem como para contabilização de créditos a receber como de "liquidação duvidosa", são compatíveis com a forma prevista na legislação vigente e estão adequadamente registrados; acompanhar e avaliar a evolução do passivo judicial. Atentar ao impacto de passivos decorrentes de demandas judiciais.		
Out/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos.	Concluído	<p>ATA CF 010/17</p> <p>Com relação ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de agosto de 2017, o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis. O Colegiado decidiu, da mesma forma, aprovar por unanimidade e sem ressalvas o "Orçamento Financeiro -</p>

			Conselho Fiscal - 2017 - janeiro a setembro (dados realizados)".
Acompanhar em conformidade com o que requer a Lei 13.303/2016, haverá a necessidade de a Companhia rever seu estatuto Social, prevendo as questões de governança, observando os critérios para a designação de conselheiros da administração e diretores constantes nos incisos I a V, Parágrafo 2º, art. 17 da referida lei, bem como, a criação do Comitê de Auditoria Estatutário, a instituição do Código de Conduta e Integridade (ou algo que se equivalha), as divulgações a respeito da gestão.	Concluído	O Sr. Edemilson Gasparotti solicitou aos presentes informes a respeito: i) do Organograma Empresarial da São Paulo Transporte SA; e ii) das ações do Grupo de Trabalho, que recebeu a incumbência de propor as adaptações necessárias nos processos de gestão da Empresa, visando cumprir as novas regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Por conseguinte, o Sr. Wagner Ramos e o Sr. Sergio Krichanã Rodrigues prontificaram-se a levantar as requeridas informações e a, oportunamente, apresentá-las ao Colegiado.	
Acompanhar as Despesas de pessoal: folha de pagamento e encargos, se está respeitando os acordos coletivos, identificar e acompanhar, se existente, a evolução de	Concluído	O Presidente do Colegiado, Sr. Edemilson Gasparotti, dirigiu-se aos presentes solicitando novas informações acerca das eventuais providências adotadas pela Empresa visando ao cumprimento da meta estabelecida para quantitativo de pessoal definido no CDI	

eventual passivo trabalhista; alocação do quadro de pessoal: verificar o quantitativo de funcionários da empresa, as áreas nas quais estão alocados e analisar a adequação deste quadro.		vigente, e ao atendimento das disposições estabelecidas no Ofício SF/SUTEM/DECAP nº 158/2017 e na correspondente Nota Técnica CAAI nº 1/2017, que tratam da obrigatoriedade de a São Paulo Transporte implantar o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal. O Sr. Sergio Krichanã Rodrigues apresentou detalhadas informações acerca dos referidos pontos, salientando que esta Sociedade apresentou justificativas para todos os questionamentos que lhe foram apresentados, permanecendo, por conseguinte, no aguardo de manifestação por parte da Junta Orçamentário-Financeira - JOF.
Examinar trimestralmente as atas das reuniões da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.	Não concluído	
Análise de eventuais recomendações do TCM e da Auditoria Externa.		
Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o		

	aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de Valores a Receber.		
Nov/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos	Concluído	ATA CF 011/17 Com relação ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de setembro de 2017, o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis. Mesmo havendo solicitação de informação adicional o colegial decidiu pela aprovação do Orçamento Financeiro – Conselho Fiscal – 2017 – janeiro a outubro (dados realizados).
	Análise de eventuais recomendações do TCM e da Auditoria Externa	Concluído	Os Srs. Carlos Jorge Peres Ferreira e Mauro José de Araujo Lima apresentaram ao Colegiado detalhadas informações acerca das providências adotadas pela Empresa visando ao atendimento da recomendação contida no parágrafo intitulado "Ênfase", lançado no "Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis" do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em que ficou consignado o resultado dos testes de <i>impairment</i> realizados no âmbito da "nota explicativa 3.2.2.". Os Srs. Carlos e Mauro asseguraram que foram realizados os necessários ajustes voltados à reavaliação dos

			imóveis que compõem a expressiva maioria dos bens relacionados ao Ativo Imobilizado da Empresa
	Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.	Não concluído	
	Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de Valores a Receber.		
Dez/17	Situação geral das contas e discussão de outros assuntos.	Concluído	ATA CF 012/17 Com relação ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao mês de outubro de 2017, o Colegiado decidiu aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as referidas Peças Contábeis. O Colegiado decidiu, da mesma forma, aprovar por unanimidade e sem ressalvas o "Orçamento Financeiro - Conselho Fiscal - 2017 - janeiro a novembro (dados realizados)".
	Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.		Foi feita análise de Atas de reunião do Conselho de Administração.

	Análise dos Prejuízos: acompanhar a evolução das despesas fixas e suas justificativas; verificar, na ocorrência de prejuízos acumulados, a possibilidade de redução do capital social; examinar a possibilidade de capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC.		Os membros do Conselho Fiscal verificaram que foi devidamente atendida a correspondente recomendação contida na Ata CF nº 005/17, relativa à reunião ordinária do Conselho Fiscal realizada em 30 de maio de 2017, que igualmente tratou da referida proposta de aumento de capital social.
	Acompanhar trimestralmente em conformidade com o que requer a Lei 13.303/2016, datada 30/06/2016 em todos os seus aspectos de governança corporativa.		Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberaram pela convalidação da aprovação do projeto de Estatuto Social da São Paulo Transporte SA.
	Fiscalização de contratações: verificar regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de Valores a Receber.	Não concluído	

Fonte De Dados

Documento	Período	Solicitação	Limite	Recebimento
Questionário	2º semestre 2017	23/02/2018	15/03/2018	03/04/2018
Atas Conselho Fiscal	Jan/17 a Mar/17 Abr/17 Mai/17 e Jun/17 Jul/17 e Ago/17 Set/17, Out/17, Nov/17 e Dez/17	Decretos e Ofícios quadrimestrais cobrando que as empresas insiram as informações no SADIN		24/03/2017 05/06/2017 27/07/2017 13/12/2017 20/12/2017
Atas Conselho de Administração	Jan/17 e Fev/17 Mar/17 Abr/17 Mai/17 Jun/17 Ago/17, Set/17, Out/17	Decretos e Ofícios quadrimestrais cobrando que as empresas insiram as informações no SADIN		19/07/2017 24/03/2017 05/06/2017 03/05/2017 27/07/2017 13/12/2017
Atas Reunião de Diretoria	Jan/17 e Fev/17 Mar/17 e Abr/17 Mai/17 Jun/17 Ago/17, Set/17	Decretos e Ofícios quadrimestrais cobrando que as empresas insiram as informações no SADIN		24/03/2017 19/06/2017 22/09/2017 13/12/2017
Preenchimento SADIN	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo de Caixa • Folha de Pagamento • DRE 	Até o dia 10 de cada mês	Entregas realizadas no prazo

À consideração superior.